



Senado Federal debate modificações na Lei Anticorrupção

A Comissão Mista do Senado Federal realizou, em Brasília, no dia 05 de abril, audiência pública sobre a Medida Provisória nº 703/2015, editada para acelerar os acordos de leniência com empresas envolvidas em ilícitos nas relações com a administração pública. A referida MP, que modifica a Lei Anticorrupção (12.846/13) e prevê a participação dos órgãos de controle interno, como a Controladoria-Geral da União e as advocacias públicas nos acordos de leniência, sem a necessidade de intervenção do Ministério Público, foi questionada por vários expositores durante as discussões. [\[Leia mais\]](#)

Banco de dados do CNJ recebe inscrições de instrutores em mediação e conciliação

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) colocou em funcionamento o Cadastro Nacional de Instrutores da Justiça Consensual Brasileira (Cijuc), que mantém e atualiza o processo de certificação de instrutores em mediação judicial e conciliação que atuam em tribunais de todo o País.

Podem ser incluídos nesse banco de dados aqueles servidores e voluntários aptos a formarem mediadores capacitados nos métodos consensuais de solução de conflitos nos moldes do CNJ ou que estejam em processo de formação.

Para ter o nome incluído no cadastro, é preciso encaminhar os documentos que comprovem a realização dos cinco cursos previstos no regulamento disponível no seguinte endereço: (bit.ly/CNJ_Regulamento) para o e-mail conciliar@cnj.jus.br. Os documentos são a lista de presença dos cursos, a avaliação dos alunos e o Relatório de Acompanhamento do Estágio Supervisionado. Até o final do ano, a depender da disponibilidade dos docentes, deve ser aberto outro workshop.

Com informações do CNJ

Sistema PJe será implantado na SJMT na próxima segunda-feira

Na próxima segunda-feira, dia 11, será realizada a solenidade de instalação dos trabalhos de implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Seção Judiciária de Mato Grosso (SJMT), em Cuiabá. O evento, que será realizado às 14 horas, contará com a presença do presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador federal Cândido Ribeiro.

O sistema eletrônico entrará em operação na Seccional de Mato Grosso e em suas respectivas subseções judiciárias, abrangendo as classes processuais mandados de segurança cíveis (individuais e coletivos) e ações monitórias.

Atualmente, na Justiça Federal da 1ª Região, o PJe está em funcionamento no Tribunal e nas Seções Judiciárias do Distrito Federal (SJDF), de Goiás (SJGO), do Tocantins (SJTO), de Roraima (SJRR), do Maranhão (SJMA), do Acre (SJAC), de Rondônia (SJRO), do Amapá (SJAP) e do Amazonas (SJAM).

Confira a íntegra desta matéria no portal do Tribunal em "Notícias".

Presidente Cândido Ribeiro se despede do Conselho da Justiça Federal



Ascom

O Conselho da Justiça Federal (CJF) homenageou, na sessão realizada nesta quinta-feira, dia 07, em Brasília, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), desembargador federal Cândido Ribeiro, que participou de sua última reunião na condição de conselheiro.

Ao encerrar a sessão, o presidente do CJF, ministro Francisco Falcão, entregou ao presidente do TRF1 uma placa de homenagem, pelas mãos do ministro Mauro Campbell em nome do Conselho. Em suas palavras, Falcão enalteceu o trabalho do desembargador Cândido como membro do CJF: "Eu quero aqui ressaltar a magnífica atuação de Vossa Excelência à frente deste Conselho representando o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, cumprimentá-lo e desejar-lhe muito sucesso em novas missões de que Vossa Excelência se incumbirá ainda durante sua vida ilibada de magistrado".

Cândido Ribeiro recebeu também uma placa do presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), juiz federal Antônio César Bochenek, que, no ensejo, ressaltou o amplo diálogo mantido entre a Ajufe e o TRF1. "Quero aqui fazer um reconhecimento público ao trabalho realizado pelo desembargador Cândido Ribeiro, presidente do TRF1, e dizer que sempre que nós o procuramos para expormos os argumentos relacionados aos pleitos da associação dos magistrados ele sempre esteve disposto a nos atender, a debater, a expor o seu ponto de vista, às vezes concordando, às vezes discordando, mas um exemplo a ser seguido", disse Bochenek.

Ao tomar a palavra, o presidente Cândido Ribeiro saudou a todos e agradeceu a deferência: "Eu me sinto honrado pelas homenagens, e não me sinto merecedor. Eu tive a honra de compor este Conselho nos últimos dois anos sob a presidência de Vossa Excelência e procurei cumprir o meu dever (...). Muito obrigado a todos os senhores deste Colegiado".

Cândido Ribeiro deixará o cargo de presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região no dia 15 de abril, quando será empossado o desembargador federal Hilton Queiroz em solenidade que será realizada às 16 horas, na sede do Tribunal, em Brasília/DF.

13,23% - Durante a sessão de julgamento, Conselho, por unanimidade, nos termos do voto da ministra Laurita Vaz, no Processo Administrativo 2015/00035, reconheceu o direito à incorporação de **13,23%** à remuneração dos servidores do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus. O pagamento do reajuste ficou condicionado à disponibilidade orçamentária e financeira por parte do CJF. Por sua vez, o presidente do CJF informou não haver essa disponibilidade orçamentária para realizar o pagamento do percentual no momento.